

A CIDADE DESEJADA E A CIDADE POSSÍVEL: A CONSTRUÇÃO DA URBE REPUBLICANA

*Jadir Peçanha Rostoldo**

Resumo: Mostrar a cidade construída pelo poder do Estado, retratada nos relatórios do Governo Estadual apresentados ao Congresso é o foco deste artigo. O objeto de pesquisa é a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, durante o primeiro governo estadual republicano, 1892-1896. Os relatórios de governo são analisados como o discurso oficial do Estado, representando a prestação de contas à sua base de sustentação política e econômica. Vamos mostrar que as intervenções na cidade se basearam nas necessidades das elites dominantes, como a busca por vincular e adequar Vitória aos padrões do regime republicano. A imagem da capital é retratada, assim como os planos e as ações definidas para sua transformação. Apontamos que as ações sobre a cidade foram consequências das metas principais do governo, que indicavam a formação de um grande centro populoso e comercial. Defendemos que a cidade e sua paisagem urbana também foram usadas na construção de uma simbologia da República, da modernidade. Concluimos que, Vitória chegou ao ano de 1896 sem se tornar a cidade populosa, moderna e comercial que o governo desejou, mesmo assim viveu um significativo crescimento fomentado pelo Estado.

Palavras-Chaves: Cidade; Estado; República.

Abstract: Show the city built by the state power, portrayed in the reports of the State Government submitted to Congress is the focus of this article. The object of

* Historiador, Mestre em Economia, Doutor em História Social (USP).

research is the city of Vitoria, capital of Espírito Santo, during the first Republican state government, 1892-1896. The government reports are analyzed as the official discourse of the state, representing the accountability to their base of political support and economic. We will show that interventions in the city were based on the needs of the ruling elites, such as searching by linking and matching patterns to win the republican regime. The image is portrayed in the capital, as well as plans and actions defined for its transformation. We pointed out that the actions of the city were a consequence of the main goals of the government, which indicated the formation of a large population centers and commercial. We argue that the city and its urban landscape were also used in the construction of a symbolism of the Republic of modernity. We conclude that Victoria came to the year 1896 without becoming a populous city, and modern business that the government wished, yet experienced a significant growth encouraged by the State.

Keywords: City; State; Republic.

Mostrar a cidade construída pelo poder do Estado, retratada nos relatórios do Governo Estadual apresentados ao Congresso é o foco deste artigo. Assumimos, previamente, que essas intervenções se basearam nas necessidades das elites dominantes, dentre outras, a de vincular e adequar Vitória¹ aos padrões do regime republicano, o que daria suporte e continuidade ao seu *status quo*. Sendo assim, os relatórios representam a prestação de contas do governo à sua base de sustentação. No entanto, concordamos com Telarolli (1981, p. 5) ao afirmar:

O discurso oficial contido nos relatórios anuais de secretarias de estado e repartições são outro elemento importante de informações, não obstante a ausência absoluta de qualquer caráter polêmico, dada a própria natureza desses documentos e os interesses do poder, o que acaba convertendo-os, na sua maior parte, em relato esquemático e padronizado das realizações oficiais.

O que faremos é contextualizar o “relato esquemático e padronizado das realizações oficiais”, buscando explicitar suas motivações e interesses, assim como o reflexo no espaço urbano da cidade. Os relatórios serão os veículos de identificação das mudanças na cidade de Vitória, que acabaram por transformá-la no *locus* de representação da República capixaba. Nesse sentido, concordamos com Frizzera (1998, p. 10-11):

A história das cidades é a das suas formas e dos seus eventos, e os ditos discursos sobre elas e eles. O desvendamento de sua formatação e de sua

¹ Capital do Estado do Espírito Santo. O trabalho retrata o primeiro governo estadual republicano, que teve como presidente do Estado, no período, José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892-1896).

apropriação permite reconhecer nestes eventos e formas os processos sociais e econômicos, culturais e artísticos que marcaram a sua montagem, e quem sabe, apontar procedimentos inovadores para a realização do futuro.

Segundo Landim (2004), a classe dominante, no Brasil, dita as regras na produção do espaço urbano desde a Colônia. Antes da Independência, a normalização vinha de Portugal, como forma de controlar a vida na Colônia e reforçar a dependência desta última em relação à metrópole. Já no século XIX, a modernização da cidade era feita por e para as elites, e essa situação se estende até os dias de hoje. A legislação sempre refletiu os interesses da classe dominante, pois, criada para e por ela, representa o seu desejo de configuração urbana.

Para o autor, geralmente, a organização espacial e estrutural das cidades ocorre em razão da conjuntura socioeconômica e das demandas percebidas ou projetadas pelos dirigentes ou pelas pessoas que detêm o poder. Não atende aos interesses gerais, mas aos interesses da classe hegemônica. Essa classe pode estar representada pela Igreja, pelo senhor feudal, pelos fazendeiros, numa sociedade agrícola, pelos comerciantes, pelos industriais etc. Esses são os segmentos da sociedade que, juntamente com a Igreja, movem o mecanismo social, pois representam o setor produtivo, teoricamente pagam os impostos, trazem riqueza, conferem *status*. Assim, a cidade se organiza em torno da Igreja, do castelo, da ferrovia, do porto, da feira regional, da Praça. Nesse sentido, a cidade é sempre planejada ou regularmente constituída de acordo com os interesses dominantes. A demanda do setor hegemônico é imposta ao restante da sociedade como adequada e necessária. Na análise dos relatórios do governo Moniz Freire, veremos, em vários momentos, se refletir o descrito por Landim (2004).

Em seu otimista discurso de posse (ESPÍRITO SANTO,² 1892), Moniz Freire explicitou não só as dificuldades pelas quais teria de passar e como pretendia superá-las, mas também expôs suas razões pessoais para assumir o cargo e como desempenharia suas funções. Assumiu o cargo deixando de lado todos os conselhos de ordem pessoal, acreditando que, apesar do penoso e solitário caminho da vida política, não poderia abrir mão da responsabilidade que lhe foi repassada pelos votos.³ Relatou que as duas principais considerações que o fizeram aceitar o cargo foram: o Estado ter, em seu primeiro governo republicano regular, um chefe nativo, e o compromisso do seu partido de trabalhar para construir um Estado forte para os espírito-santenses.

Na mensagem apresentada em 16 de setembro de 1893, o presidente esclareceu que o documento representava uma obrigação constitucional e que objetivava

² Para identificar o Estado do Espírito Santo, utilizaremos, quando possível, sua sigla: ES.

³ Vale lembrar que foi eleito indiretamente pelos deputados da Assembléia Constituinte.

informar sobre a situação financeira do Estado e expor os planos da administração. Dando mostras de sua defesa do novo regime, cumprimentou o Congresso pelo trabalho que vinha fazendo no sentido de melhorar a reputação do Estado, trabalho que vinha servindo de exemplo do valor das novas instituições, do regime republicano e do sistema federativo. Exemplificou essa situação relatando que, antes do novo regime, o Estado era visto como um fardo à nação, no entanto, em pouco tempo, revelou suas riquezas e independência, apresentando um orçamento cinco vezes maior do que o anterior. Essa situação habilitava o governo a promover vastos empreendimentos.

O saldo positivo do balanço financeiro do Estado, produzido em um período de difícil acesso ao Capital nacional e estrangeiro, foi possível devido à estratégia utilizada pelo governo: promover uma rígida economia em seu primeiro ano de mandato, direcionando seu foco para a organização dos serviços públicos e para a elaboração dos planos administrativos. Suas metas principais continuavam a ser a viação férrea e o povoamento do território, e o presidente defendia que, para atingi-las outros projetos poderiam ser sacrificados. Podemos deduzir, então, que ações diretas sobre a cidade de Vitória ficariam prejudicadas, pois essas não eram foco das ações do governo. Isso nos sugere que as mudanças na Capital funcionariam como um meio, um suporte para o atingimento dos objetivos principais.

O Plano de Viação do governo, instituído pelo Decreto n.º 3 e pela Resolução n.º 1, ambos de 4-6-1892, pode nos ajudar nesta análise. Após estudo da situação da malha ferroviária do Estado, optou-se pela construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que acabaria por conectar Vitória ao Rio de Janeiro, via Cachoeiro de Itapemirim, e a Minas Gerais, via Alegre. O presidente tinha verdadeira convicção de que, com os recursos do Estado, seria possível realizar o projeto. A previsão era de que até 1896 a conexão estivesse pronta, tornando-se a via pela qual o Estado se desenvolveria. O resultado óbvio desse processo seria a transformação do Porto de Vitória no principal mercado do Estado, o que, conseqüentemente, provocaria mudanças na Capital. Outro ponto importante foi o foco no sul, que, além de concentrar a porção mais produtiva do Estado, também era a região onde se localizava uma das bases de sustentação do governo: os novos segmentos agrofundiários, vinculados à produção de café, que se formaram a partir da migração de mineiros e fluminenses na metade do século XIX. Dessa forma, o governo satisfazia todos os interesses envolvidos dos citados produtores do sul e da elite mercantil exportadora da Capital. Nesse contexto, Vitória também seria beneficiada, mas em longo prazo.

Com foco no povoamento do território pela imigração estrangeira, o governo formalizou vários contratos. Os que nos interessam, no momento, foram aqueles celebrados com a companhia francesa de navegação *Churgeurs Reunis* e com a

alemã *Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft*, para a introdução de imigrantes portugueses, espanhóis e alemães. Não nos cabe analisar o processo de imigração, mas a outra vantagem apresentada por Moniz Freire: a possibilidade do incremento no comércio exterior, a partir de transações diretas com os portos europeus. O objetivo era fomentar a importação/exportação, que acabaria por provocar a prosperidade comercial da cidade de Vitória. A política estadual demonstrava, mais uma vez, que as ações sobre a Capital eram consequência das metas principais do governo, que se vinculavam diretamente à sua base de sustentação.

Na mensagem de 19 de outubro de 1894, o orçamento do Estado continuava a mostrar um crescente desenvolvimento da produção e das rendas públicas. Esse crescimento ocorreu, principalmente, pela alta dos preços do café e pelo aumento da produção estadual. O foco do governo continuava a ser a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e, para que isso ocorresse, continuava a realizar despesas apenas com os serviços indispensáveis, subordinando outras ações a essa realização.

Pela primeira vez, foi feita, nas mensagens até então apresentadas, uma citação específica sobre a Capital do Estado e a sua situação dentro dos planos do governo, que reproduzimos abaixo como informação fundamental para nossa análise.

Uma grande preocupação assalta a todos quantos se interessam pelo engrandecimento do Estado, e medem o alcance e a influencia dos empreendimentos que se acham em viabilidade – é que a execução de todos elles concorrerá seguramente para fazer da nossa Capital um empório commercial vastíssimo, e entretanto ella se acha completamente desaparelhada para sê-lo. A Victoria está fatalmente destinada a ser uma grande cidade, e no entanto as suas condições topographicas não permitem que sem enormes despezas possamos adaptal-a a esse destino. Nós temos a felicidade de possuir uma das bahias mais pittorescas do mundo, segundo a versão de todos os viajantes, mas, em contraposição, no fundo d'essa tela admirável da natureza, a incúria e a inépcia do homem assentaram a mais irregular e menos graciosa das cidades.

É preciso fazer quase tudo a um tempo, não só para melhorar as condições da actual cidade como para estender as raias de seu campo de desenvolvimento. Além de não termos até hoje regularmente organizado nenhum dos serviços necessários a vida de uma cidade populosa, o que é preciso fazer para a conquista de nova área urbana depende de grandes despendios; e por outro lado, o próprio porto, que entre os de segunda ordem é um dos principaes da República, carece de ser grandemente melhorado para corresponder ás exigências da importância commercial que vae ter.

Peço a vossa atenção para o assumpto, afim de que me habiliteis com os recursos indispensáveis para ir executando o complexo de medidas que a situação aconselha a tomar. É de crer que mais cedo ou mais tarde a iniciativa particular, representada pelos esforços individuaes e pelas grandes emprezas, venha concluir o que a acção governamental de si só apenas poderá iniciar;

mas o que se torna urgente é fazer desde já quanto baste para que as condições existentes não crêem barreiras invencíveis ao natural desenvolvimento da cidade (ES, 1894, p. 14-15).

Vitória era vista como um problema ao iminente crescimento do Estado, que precisava rapidamente ser solucionado. Sua transformação em grande centro populoso e comercial era certa, então precisava ser preparada para isso. O presidente acabou por assumir a responsabilidade por essas transformações, no entanto solicitou apoio do Congresso para a liberação de recursos específicos, tendo em vista o grande dispêndio que seria necessário. Vemos, assim, o futuro da Capital desenhado pelo projeto do Governo Estadual de desenvolvimento e fortalecimento do Espírito Santo, onde o Estado assumiu o papel de sujeito da ação sobre a cidade, mesmo que, no futuro, esse papel pudesse ser exercido pela iniciativa privada.

Perseguindo esse objetivo, o governo renovou, em julho de 1894, um contrato, formalizado em 1890, com a Companhia Brasileira Torrens⁴ para o abastecimento de água, serviço de esgotos e construções prediais. No entanto, o presidente reconheceu que as obras contratadas não seriam suficientes e sugeriu que o Congresso estudasse um plano de recursos especiais que proporcionasse à administração organizar regulamente os serviços públicos, criando uma parceria entre o Estado e o Município. A preocupação com os melhoramentos do porto, que deveriam ser efetuados pela mesma Companhia, devido a uma concessão federal, tornou-se relevante a partir do momento em que ficou notório que a empresa não teria condições financeiras de realizá-los. Sendo assim, o Governo Estadual solicitou um desmembramento das obras, objetivando agilizar sua realização, mantendo-se no aguardo da decisão federal.

A confiança de Moniz Freire em suas ações era tão grande que ele terminou o relatório de 1894 fazendo uma defesa contundente da República e, conseqüentemente, do seu governo como um exemplo dos novos tempos políticos do País:

Todos os patriotas apontão-nos como um exemplo a ser imitado; os espíritos republicanos mais eminentes sentem orgulho em citar-nos como a prova prática do que valem as novas instituições professadas com inteligência e com lealdade; chegamos a ser no meio das tempestades da Pátria uma flâmula de esperança e um argumento vivo contra os incrédulos.

Não é sobre nós mas sobre o Estado que se reflectem essas homenagens horrorissimas; saibamos não desmerecer-as em tempo algum, governantes e governados, tornando-nos cada vez mais devotados ao estado e á Republica (ES, 1894, p.18).

⁴ O Estado efetuou vários contratos com essa Companhia durante o período republicano, o que nos indica a necessidade de aprofundamento dessa relação. No entanto, esse fato não será objeto de análise neste trabalho, tendo em vista não ser o objetivo no momento. Uma análise pontual pode ser vista em CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV/SMCT, 1996.

Um assunto importante, tratado na mensagem de 17 de setembro de 1895, foi a questão da higiene. A Capital, desde meados de 1894, vinha sofrendo com a febre amarela, que até abril de 1895, quando extinta, já tinha provocado a morte de cerca de 80 pessoas. Em julho de 1895, a cidade passou a sofrer com uma epidemia de varíola, que, assim como a febre amarela, foi importada juntamente com a crescente movimentação comercial e de pessoas. O Estado ainda não tinha um serviço regular de higiene, segundo a mensagem citada, devido à ausência de pessoal competente e de recursos. Dessa forma, enquanto não existisse condição financeira capaz de suportar todos os investimentos necessários para ações sanitárias eficientes, o governo atuava dentro de suas condições: mantinha uma polícia preventiva para evitar os males e prestar socorro quando necessário. No mais, era evitar a invasão das doenças, impedindo a comunicação do Estado com os navios onde se manifestassem casos suspeitos.

O desenvolvimento material do Estado e o plano de viação férrea, já iniciado, produziram a necessidade imediata de preparar Vitória para suas funções futuras. No entanto, as ações nesse sentido estavam muito lentas, agravadas por várias dificuldades que precisavam ser ultrapassadas. Já percorridos três quartos do ano de 1895, a situação da cidade ainda era a seguinte:

A Victoria carece de todos os serviços elementares indispensáveis a um grande centro populoso. Até há pouco tempo muitas das necessidades que já agora se sente podiam passar desapercibidas; mas com o augmento considerável de população havido n'estes últimos anos, algumas d'ellas estão determinando crises que o poder publico deve auxiliar a remover. As mais vexatorias de todas são a construção de prédios e o abastecimento sufficiente d'agua; esta ultima só se torna notável em épocas excepcionaes, mas a primeira está actuando normalmente como uma grande causa perturbadora. Alem de contribuir para a carestia de vida, produsindo a elevação exagerada dos alugueis; de crear embarços á execução de alguns melhoramentos, e impossibilitar outros, como sejam as demolições exigidas pelo interesse público; a falta de habitações arreda continuamente d'entre nós bom numero de actividades proveitosas, e torna tristemente precárias as condições de vida dos melhores colaboradores do nosso futuro, que são as massas operarias.

Pelo lado das condições sanitárias o mal ainda mais se agrava. A desproporção esmagadora entre a quantidade de fogos e a de habitantes dá lugar a accumulações prejudicialissimas, á occupação irremediável de pardieiros infectos, á procura de abrigo em todos os espaços de cada casa, e á construção constante de residências provisórias, revéis quase sempre aos preceitos hygienicos mais rudimentares.

Com todos esses elementos negativos é impossível ter nenhum serviço sanitário, e há tudo a receiar na imminencia de qualquer epidemia; devemos crer que si estas não tomam character mais assustador, si em regra o estado sanitário é excellent, devemol-o ás condições do meio natural que incontestavelmente são muito favoráveis; e consistem em se achar quase toda a cidade edificada sobre rocha mais ou menos profunda, de estar cercada de montanhas cobertas

de rica vegetação, e de ser, sobretudo no verão, lavada freqüentemente pelas virações marinhas (ES, 1895, p. 16-17).

Para o governo, os motivos para a falta de edificações eram: a carência de capitais, o preço e a escassez de materiais, o esgotamento da área urbana e o aumento do valor venal dos poucos terrenos disponíveis. Não tendo como solucionar esses problemas diretamente, buscou atenuar a situação conquistando novas áreas para o prolongamento da cidade. Foi formalizado um contrato com a Companhia Brasileira Torrens para o levantamento topográfico das planícies na parte oriental da ilha e o estudo de uma estrada de rodagem para a região, que acabou tendo a extensão de 3.560m. O governo acreditava que a compra dessa área e a instalação da estrutura necessária para sua habitação solucionariam uma das razões para a falta de construções prediais: a ausência de terrenos. O local era agradável e belo, distante poucos quilômetros do centro e ainda seria servido por uma ótima estrada. A administração estadual defendia que essa situação poderia atrair capitais particulares e de empresas, o que geraria um esplêndido bairro.⁵ Outra ação que também poderia contribuir para a solução desse problema era o contrato, formalizado com a mesma companhia, para a construção de 200 casas na Capital até o final de 1897. Dessa forma, o governo acreditava que, em relação a esse assunto, não poderia ir mais longe, já tendo feito todo o possível.

Com referência ao abastecimento de água, a empresa responsável não estava cumprindo o contrato,⁶ apresentando-se excessivamente morosa. Não tendo condições de arcar com o orçamento necessário para os melhoramentos e reconhecendo as dificuldades em obtenção de capitais pela companhia, que era uma situação comum em todo o País, o governo optou por auxiliar a empresa na obtenção de recursos para tal, esperançoso de que os serviços fossem concluídos em breve. Outro problema que precisava ser enfrentado referia-se a iluminação pública da Capital, serviço de responsabilidade do município, mas que se mantinha a cargo do Estado, devido às rendas municipais não o comportarem. O contrato para a iluminação a gás, com o Barão da Cruz Alta, foi reincidento em 31-12-1894, e outro foi formalizado em 20-6-1895, com o Barão de Sampaio Vianna, com prazo de inauguração em 3-5-1896 e o fim das obras em 18 meses após a aprovação dos planos. Até então a cidade era iluminada por lâmpadas belgas.

Em 23 de maio de 1896, Moniz Freire apresentou ao Congresso o relatório de seus quatro anos de governo, onde descreve: “[...] o histórico da ação política desenvolvida durante esse período, relatando em primeiro lugar o complexo de sua parte doutrinária, e apreciando depois detidamente o estado primitivo, a marcha e o

⁵ O futuro confirmaria essa percepção. No local do novo arrabalde, existem hoje alguns dos bairros mais importantes de Vitória: Praia do Canto, Santa Lúcia, Enseada do Suá.

⁶ Celebrado em 1890 e renovado em 1894 também com a Companhia Torrens.

estado actual de cada serviço” (ES, 1896, p. 19). Em sua introdução, o presidente fez uma defesa contundente da República, citando o Espírito Santo como um exemplo de como o novo regime político deveria ser exercido em prol da sociedade. Nesse sentido, o seu governo sempre trabalhou tendo como norte o sentido da justiça, buscando sempre aplicar as garantias constitucionais, valorizando a liberdade de discussão, a independência da magistratura e a observância da lei, objetivando restaurar a confiança e o respeito à ordem estabelecida.

Segundo o presidente, ao assumir o governo, tudo estava por fazer no Estado e, para vencer esse desafio, contou

[...] sempre com os estímulos e os entusiasmos de todos os espíritos de *elite*, com os applausos de todos os homens de coração, e com o próprio apoio dos adversários políticos, que passadas as refregas das ruins paixões, ou silenciavam sobre os meus actos, ou aplaudiam-n’os sem reserva, ou faziam-lhes taes críticas que mais me fundavam na convicção de não dever retroceder (ES, 1896, p.18-19, grifo do autor).

Uma análise superficial dessa descrição pode nos levar a aceitar que o governo Moniz Freire foi sustentado por todas as forças políticas e sociais do Estado, o que, como já vimos, não ocorreu. O Estado tinha suas forças políticas bem definidas, de acordo com os interesses de suas elites oligárquicas. Essa situação ficou mais uma vez evidente no processo eleitoral para a escolha dos representantes ao Congresso Constituinte Estadual, que se realizou em 5 de março de 1892. O Partido União Republicana Espírito Santense, que representava a oposição, orientou seus correligionários a não participarem da eleição. Sendo assim, todos os época, era Moniz Freire. Dessa forma, Moniz Freire passou de presidente do Partido a presidente do Estado, mantendo o apoio de sua base política e econômica, tanto ideologicamente quanto legalmente.

Em relação a Vitória, encontramos uma descrição esclarecedora sobre sua situação no início do governo:

A começar pela Capital, que foi sempre a principal cidade do Estado, nada acharemos digno de menção. Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem gosto, sem architectura, segundo os caprichos do terreno; apertada entre a Bahia e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de água; com um serviço de iluminação a gaz duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa; carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis; repartições e serviços públicos mal accommodados a falta de prédios; sem um theatro, sem um passeio público, sem bons hospitaes, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente; desprevenida de toda defesa sanitária; necessita de construir novos cemitérios devido a irrevogável condemnação dos actuaes;

finalmente, balda até de pessoal operário para os serviços ordinarios de estiva, de transportes, cargas e descargas de navios, construcções, e todos os indispensáveis em qualquer centro populoso de menor actividade e importância commercial (ES, 1896, p. 17).

Esse relato se mostra importante não apenas para que possamos avaliar o processo de transformação da cidade durante o governo, mas, também, como discurso político, pois retrata o contraponto das ações da administração, funcionando como justificativa de suas realizações. O objetivo nos parece claro: contribuir para promover o novo perfil governamental e as diretrizes republicanas adotadas. Nesse sentido, concordamos com Carvalho (1990) que afirma que o extravasamento das visões de República para o mundo extra-elite não poderia ser feito apenas por meio do discurso, inacessível ao público com um baixo nível educacional. Teria de ser feito por meio de sinais mais universais, de leitura mais fácil, como imagens, alegorias, símbolos e mitos. Defendemos que não apenas o herói, a Bandeira ou o Hino Nacional foram usados na construção de uma simbologia para a República. Nesse grupo, inserimos a cidade e sua paisagem urbana. A imagem do novo regime também foi construída pelas transformações e mudanças nos espaços urbanos.

Moniz Freire reafirmou que o principal programa de seu governo era regularizar os projetos das vias férreas do Estado, dos quais dependia todo o futuro do Espírito Santo. Seu plano definia como base a construção de três troncos principais: um destinado ao sul e outro ao centro do Estado, partindo da Capital, e o terceiro ligaria a cidade de São Mateus ao interior da região norte. A cidade de Vitória seria o centro desse plano da viação férrea, que tinha como prioridade a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligaria Vitória a Cachoeiro de Itapemirim. Após várias tentativas frustradas de conceder a construção da estrada ao setor privado, em 1893, o governo desistiu da empreitada e assumiu a responsabilidade por essa construção.

Uma das justificativas para as prioridades desse projeto era a necessidade de fazer de Vitória uma grande Praça comercial, o que só seria possível quando ela estivesse em contato, por via férrea e em cinco ou seis horas, com os mais importantes centros do Estado, que, até então, utilizavam os portos mais próximos para suas transações. Sem essas mudanças, o Estado continuaria a perder rendas e a possibilidade de crescimento, tendo em vista seus negócios comerciais serem realizados, principalmente, na Capital Federal, devido às opções de transporte existentes. Para garantir o êxito do seu plano econômico, Moniz Freire determinou, em artigo de lei, a proibição de se construir outras saídas fáceis dos centros produtores para o litoral, senão a da estrada de ferro, justificando que seria uma concorrência com o próprio Estado. A decisão provocou vários protestos: de algumas localidades marítimas, de alguns centros e de políticos da oposição, que acusavam

o presidente de bairrismo e predileção por Vitória. Como resposta a essa onda de críticas, o presidente respondeu com uma questão simples e direta: “Convém ou não convém fundar dentro do Estado uma Praça de primeira ordem, um mercado commercial forte e abastado, um centro econômico capaz de dirigir, auxiliar e fomentar todo desenvolvimento do Estado?” (ES, 1896, p. 34).

Na fundamentação dos motivos que o convenceram de que essa seria uma das maiores necessidades do Estado, Moniz Freire apontou que não existia nenhum País no mundo, assim como Estados, de importância política ou comercial, que não tivesse grandes Praças que atuavam como grandes empórios de trabalho, de riqueza e de população, e que funcionavam como suporte da emancipação do trabalho e da transformação social. Para ele, os grandes centros eram efeitos e não causas do crescimento das forças da sociedade, no entanto essas forças precisavam ser direcionadas para produzirem esse efeito. Por essa lógica, o papel do governo era direcionar as forças do Estado para que atuassem sobre Vitória, cidade escolhida para assumir a posição de grande centro.

Um grande centro traria vantagens incontestáveis ao Estado, começando pela atração de grandes fortunas, grandes estabelecimentos e grandes massas de Capital, que incrementariam as relações comerciais e fomentariam as indústrias, melhorando sua situação material e moral. Para Moniz Freire, a causa geradora de todo o progresso econômico era a concentração em um único espaço urbano de todos os elementos que o fomentam. Os resultados da produção: o grande comércio, as grandes fábricas e estabelecimentos comerciais, a circulação de capitais, as operações bancárias e a riqueza fiduciária, só se manifestariam em mercados para onde se direcionassem as produções de extensas áreas. O Espírito Santo poderia ter importantes benefícios com a concentração em Vitória, resultado de sua própria riqueza agrícola: uma corrente constante de mercadorias, de atividades e de dinheiro, implantação de indústrias auxiliares para a agricultura existente e para as novas necessidades. Além disso, as empresas atuais seriam reforçadas a partir de investidores locais, a agricultura se fortaleceria por meio de recursos do crédito e o Estado poderia oferecer comodidades antes indisponíveis.

Outra vantagem de um grande centro era a atração de capitais, que anteriormente se dirigiam a outras localidades e passariam a contribuir para o desenvolvimento do Estado. Um grande centro também se tornaria uma referência e uma atração em relação à qualidade de vida e ao movimento e conforto da sociedade, pois uma cidade importante reflete aspectos positivos sobre a região onde está inserida. Nesse ponto, o presidente destacou, mais uma vez, a precária situação do Estado, tendo em vista a situação atrasada de sua Capital:

[...] Todo mundo sabe quanto isto é negativo, n'um porto altamente freqüentado, como é hoje este, por vapores e passageiros de todas as nações; as

impressões que esta visita deve deixar não prejudicam mais a Capital do que ao Estado, de cujas condições prosperas o forasteiro é inclinado a duvidar deante dessa exhibição de pobreza e de velharias (ES, 1896, p. 38-39).

Seria possível reverter essa situação a partir do momento em que seu projeto de vias férreas fosse concluído. Ele seria a causa dos efeitos positivos sobre a Capital e sobre o Estado. Todo o comércio importador e o exportador se concentrariam em Vitória e o Estado passaria a contar com uma nova corrente de negócios e informações, aumentando consideravelmente sua renda. Isso só seria possível porque o projeto previa:

[...] 1º, tornar as comunicações com a Victoria mais fáceis, mais rápidas e mais baratas do que com o Rio; 2º, pôr a Victoria em contacto immediato com todos os centros agrícolas importantes, a poucas horas de distância; 3º, impedir que essas vantagens primordiales sejam illudidas, facilitando-se igualmente os meios de transporte para os escoadouros actuaes (ES, 1896, p. 41).

A conexão de Vitória com a Capital Federal e com Minas Gerais faria dela um grande centro atrativo, a grande Praça econômica, social e política do Estado.

Sendo assim, a Capital se modernizaria a reboque da estrada de ferro, um projeto vinculado à base de sustentação política do governo. Apesar de o presidente defender que suas ações em busca de gerar recursos internos para a aplicação nas obras da viação férrea não afetaram “[...] o andamento de nenhum serviço importante, ao contrario melhorando radicalmente alguns, e desenvolvendo extraordinariamente outros, como o de immigração” (ES, 1896, p. 50), ficou evidente que as obras de aparelhamento de Vitória foram prejudicadas: algumas com início tardio e não concluídas, e outras sem nenhuma intervenção.

O relatório sustenta que, apesar de a administração estadual não ter planejado uma ação contínua em busca de tornar a Capital mais digna de sua função de centro civilizado, o que era indispensável para a prosperidade do Estado, algumas ações prioritárias foram realizadas. Na avaliação de Moniz Freire, seu governo realizou, em quatro anos, mais do que foi feito nos 50 ou 60 anos anteriores. Os edifícios públicos que existiam em Vitória, aptos para seus destinos, foram construídos a partir de 1892, demarcando um progresso considerável em relação às construções anteriores, tanto com referência à estética e à arquitetura quanto em relação à sua capacidade e adaptação ao seu fim. Foram eles: Quartel de Polícia e Cadeia Pública, Hospital de Isolamento, Teatro, Novo Hospital, e o Palacete do Congresso.

Para o presidente, todas as ações para transformar Vitória no centro nervoso do Estado só teriam êxito se fossem realizadas em conjunto com projetos que preparassem a Capital para duas funções distintas: de cidade populosa e cidade comer-

cial. A natureza contribuía para a segunda função, mas, para a primeira, o esforço de adaptação seria penoso e longo. Mais uma vez, Moniz Freire demonstrava preocupação com os interesses de sua base de sustentação política e defendia as ações do seu governo.

Vitória chegou ao ano de 1896 sem se tornar a cidade populosa, moderna e comercial que Moniz Freire desejou, mesmo assim viveu um significativo crescimento fomentado pelo Estado.

Na síntese do relatório, o presidente enalteceu as ações do seu governo, tendo como base a situação atual do Estado, e manteve sua defesa veemente do novo regime. O homem público deixava registrada sua prestação de contas para a sociedade que o sustentava, política e economicamente, convicto de ter cumprido seu papel.

Éramos considerados um Estado de quarta ordem, apontado nas estatísticas officiaes, e na opinião generalizada de todos os homens públicos eminentes, como um dos que mal supportariam sem o auxilio central a nova vida federativa: hoje somos invocados como um testemunho das excellencias do regimen, como um argumento pela República, como um exemplo de esforço e de trabalho, e o nome do Espírito Santo fulgura na primeira plaina entre os Estados do Brasil fadados a mais altos destinos (ES, 1896, p. 160).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Discurso pronunciado pelo Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, Presidente do Estadodo Espírito-Santo, após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte. Victoria: Typ. do Estado, 1892.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Mensagem lida pelo Exm. Sr. Presidente do Estadodo Espírito-Santo na instalação do Congresso Legislativo. Victoria: Typografia do Estado do Espírito-Santo, 1894.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estadodo Espírito-Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895. Victoria: Typografia do Estado, 1895.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). Relatório apresentado pelo Exmo. Snr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, Presidente do Estadodo Espírito-Santo ao passar o Governo ao Exmo. Snr. Dr. Graciano dos Santos Ne-

ves em 23 de maio de 1896. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.

FRIZZERA, Kleber P. **Natureza e artifícios na cidade de Vitória**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

LANDIM, Paula da C. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Unesp, 2004.

TELAROLLI, Rodolpho. **A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na Primeira República**. 1981. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.